

Ética: pedagogia de valores *versus* o paradigma do “jeitinho brasileiro”

Teresa Drummond (*)

Introdução

No sistema competitivo e globalizado dos últimos tempos, o homem tem priorizado a matéria: o ter; e não o ser. Isso gera sensação de insucesso, pelo desejo de sempre querer mais. Daí os descaminhos que o brasileiro cria para driblar a angústia: tornou-se normal cometer atos antiéticos, à procura de uma pseudofelicidade ou de um *status* de falso poder, sejam de pouca repercussão ou midiáticos. Práticas que ferem leis e princípios de boa conduta. E é justamente essa inversão de valores que atinge às crianças que aprendem com os seus adultos; adultos que foram crianças numa sociedade dos jeitinhos, que agora ensinam a novas gerações que “se dar bem” é fácil, é benéfico, é normal. Ciclo há muito cultuado, que ramifica um pensar individualista.

A cultura da sociedade e a educação constroem e constituem o sujeito. Uma vez que a realidade vem sinalizando desvios, significativo buscar algo que aponte um caminho melhor. Daí as perguntas: Se existem algumas escolas inovadoras que priorizam a ética em sua *práxis*, seria possível supor a aplicação desse modelo na Educação Básica das redes municipais, em todo o Brasil? Vislumbraria uma nova atitude do cidadão do futuro?

Foram eleitas duas áreas: a sociedade, onde se encontra uma lacuna a ser revista pela educação, da qual será feito recorte histórico que trace breve perfil da normose¹ do “jeitinho brasileiro” – ou seja, do comportamento antes tido como anormal e que, de alguma forma, tornou-se normal; e a educação – como potência transformadora do pensar e do agir do sujeito. Sendo assim, a clássica frase de Paulo Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p.31), sugere o debate sobre reflexões e ações pedagógicas que corroborem com a possibilidade de mudança de paradigma na sociedade brasileira.

(*) Licenciada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ/FAETEC). É regente da Educação de Jovens e Adultos em espaço não escolar. Participa do Grupo de Estudo Desafios e Possibilidades Atuais na Alfabetização de Jovens e Adultos da UERJ. Autora do livro *Trampolim do Poeta*, editado por Oficina do Livro (1991).

¹ Termo definido no livro *A patologia da normalidade*, “normose” seria a anormalidade que se torna normal, “Caracterizada pela adaptação a um sistema predominantemente desequilibrado, mórbido e pela estagnação evolutiva, um aspecto terrível da normose se traduz pela violência passiva: nada fazer, diante dos descaminhos da humanidade. Cruzar os braços, indolentemente, diante de escândalos absurdos” (WEIL, P; LELOUP, J-Y; CREMA, R., 2003 *apud* CREMA, 2006).

É nesse sentido que se propõe discutir a importância do conceito de ética – tratado como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – ser construído de forma mais efetiva dentro das instituições públicas, no Ensino Fundamental. O recorte é dado à investigação das perspectivas que se apresentam em instituições de ensino com práticas não tradicionais – particulares e públicas, com ou sem contribuição da iniciativa privada –, que podem servir de exemplo para as escolas da rede pública, sabendo-se que estas, embora ética seja tema legítimo, dependem do respaldo de efetivas políticas públicas do Estado; somado à leitura compreensiva de vivência da autora em seu estágio. Não sendo de domínio público e sim oriundos de relato, os dados de uma das instituições – a identificação dessa escola e de sua professora – terão nomes fictícios.

O aporte teórico e documental – composto por documentos oficiais, autores que estudaram o campo, dados disponíveis nas redes digitais, mais alguns relatos de experiência – dá subsídio à discussão intertextualizada que aqui se abre, quanto à vulnerabilidade do sujeito-histórico em absorver e reproduzir a cultura do “jeitinho brasileiro”; mas que, em contrapartida, tem capacidade de, na infância, construir o conceito de ética, dentro de seu universo linguístico e afetivo.

“Jeitinho brasileiro” e seus tentáculos

Diante da diversidade de seduções objetivas e subjetivas, da disputa em emoldurar-se pelo que possui, o homem tornou-se mais racional, individualista, consumista e insatisfeito. Suprir carências seria, à vista disso, preencher o ego de coisas que dão a sensação de prazer? É, pois, nessa direção que a sociedade brasileira se move no século XXI: na busca de ser feliz. A teoria aristotélica afirma que “toda ação e toda escolha tendem a algum bem” (NODARI, 1997, p.386) e que sempre há um fim: a felicidade. Qualquer outro objetivo seria a ela subordinado. A teoria é “fundada nos juízos morais do homem que possa considerar-se, em geral, bom e virtuoso” (NODARI, p.385-386). Mas o brasileiro, com sua alma séptica, faz uso de meios escusos para ser feliz. Destarte, iludido, conquista apenas uma pseudofelicidade.

As virtudes, segundo Aristóteles, não são dons, ao contrário: são “fruto do exercício e do hábito, devem ser esclarecidas pelo conhecimento, para darem lugar às escolhas refletidas das ações morais” (NODARI, 1997, p.395). Baseando-se nisso, imprescindível imunizar as crianças, há muito contaminadas, transversalizando, efetivamente, o conceito de ética nos ambientes escolares através do lúdico, da criatividade e de outras formas acessíveis e corroborativas nesse processo. Tirar-lhes os

olhos do *selfie* para que redescubram o outro e a sua relação afetiva no espaço coletivo, na sociedade, como cidadãos. Conforme o filósofo e professor Márcio Sales (2014: p.28): “Toda forma de pensamento ou de filosofia põe em movimento um jogo de forças que (...) implica em uma forma de viver. (...) Neste sentido, é preciso saber com que forças o pensamento estabelece a sua conexão (...) de que modo elas operam”.

Foucault (*apud* SALES, 2014, p.28) analisa o poder do pensamento, o agir, e as mudanças que isso acarreta. Tal qual um jogo em rede, o micropoder atua e a sociedade vai se transformando: uns afetando os outros; coisas afetando pessoas; gente interferindo em coisas... Se, de acordo com Sales, “a potência do encontro está na sua capacidade de transformar” (SALES, 2014, p.30), em algum ponto da história os brasileiros entraram num processo que os levaram a ser “indivíduos social e moralmente supérfluos” (COSTA, 1994, p.62). O psicanalista Jurandir Freire Costa atribui à queda do autoritarismo²: “pessoas foram empurradas para um regime de economia mínima – o eu mínimo –, que realçou seu narcisismo em detrimento da sua possibilidade de exercício da cidadania (COSTA, 1994, p.63).

Diante de uma sociedade em degradação, o ego delinquente, fruto do pânico narcísico, tem a tendência de manifestar-se de duas maneiras: ou como absolutamente impotente (...) modelo da subserviência burocrática, (...) lei é lei (...) e o que move é o medo. Na outra ponta, encontramos a arrogância onipotente (...) o marginal que não vacila em matar alguém por um relógio de plástico ou um par de tênis, o cidadão que estaciona em fila tripla, paralisando o trânsito de toda uma rua só para apanhar seu filho na escola, o político ladrão e o empresário fraudulento. Engravatado ou descamisado, o delinquente arrogante considera-se acima da lei (COSTA, 1994, p.66).

Em vias do cotidiano, “nos parece muito sensato, quase sempre, ultrapassar o sinal vermelho enquanto reclamamos do deputado corrupto, ou falsificar um recibo médico para o imposto de renda” (COSTA, 1994, p.11)³. Todos estão igualmente desconsiderando a lei. É, pois, no meio desse caos que o psicanalista observa, além do cinismo, o grau acentuado de narcisismo do brasileiro. A sociedade encontra-se em estado de calamidade moral: todos buscam a sua felicidade, cada um do seu jeito, numa crise ética brasileira sem precedente.

² “Basicamente, esse processo detonou por meio da irresponsabilidade dos que assumiram o poder depois do fim dos governos militares” (COSTA, 1994: p.65).

³ José Castello, prefacista do livro “A ética e o espelho da cultura” (COSTA, 1994).

O sujeito-histórico e o papel da escola

Ao contrário de Piaget que pesquisou o desenvolvimento da criança em etapas, num processo que se dá *de dentro para fora*; para Vygotsky, o conhecimento é o conjunto de significados produzidos historicamente pela humanidade, que constrói e constitui a consciência do homem (KRAMER, 1995) – um movimento *de fora para dentro*.

Em outra ótica, dialogando com Foucault, Deleuze e Spinoza (SALES, 2014), o filósofo e professor Márcio Sales esclarece sobre a “arte dos encontros”: encontros de coisas, pessoas, saberes, pensamentos... O que toca e afeta os significados que vão se recompondo. “Uma aula, uma pessoa, um livro, uma música podem funcionar como dispositivos de poder e fabricar sujeitos” (SALES, 2014, p.137) Cada ser possui um complexo de subjetividades mutável, muito particular, como se fosse marca de nascença, seu DNA⁴, sempre vulnerável ao que lhe tange.

Tudo é absorvido pelas crianças e processado do seu jeito; “a mudança de alguma característica do meio ambiente, por mínima que seja, provoca a ruptura do estado de repouso – da harmonia entre organismo e meio – causando um desequilíbrio” (DAVIS; OLIVEIRA, 1994). Na medida em que as crianças desenvolvem sistemas de conceitos, incluindo-se o que é adequado ou impróprio, ela é capaz de “transformar a si e ao ambiente” (PIAGET, 1994 *apud* BORSA, 2007). Isso porque o desequilíbrio culmina, como ensina Piaget, em assimilações ou acomodações; o que representa força de transformação. A *assimilação* refere-se ao processo de aquisição de novas experiências pautadas em vivências acumuladas, sem alteração de estrutura do sujeito. A *acomodação*, ao contrário, impulsiona-o a mudar sua estrutura, como seria o exemplo da “imitação, onde a criança procura copiar as ações de um modelo, ajustando seus esquemas aos da pessoa imitada” (DAVIS; OLIVEIRA, 1994). Ambos são mecanismos que propiciam o estado de reequilíbrio.

A escola é interseção entre as famílias e a comunidade. Nela, a criança constrói “parte da identidade de ser e pertencer ao mundo” (BORSA, 2007). Seu poder de afetar é gigantesco. Se não cria ações que favoreçam o bom senso, o limite, a afetividade, o respeito ao que é coletivo, ela deixa a criança à deriva. Quando assume seu papel de formar cidadãos de bem, na perspectiva de uma formação integral, contextualizada, torna o pequeno sujeito potência positiva a influenciar o ambiente que vive.

⁴ Ácido Desoxirribonucleico, cujas moléculas contêm instruções genéticas peculiares de cada indivíduo.

Se “para Vygotsky, o processo de formação de pensamento é (...) despertado e acentuado pela vida social e pela constante comunicação que se estabelece entre crianças e adultos, a qual permite a assimilação da experiência de muitas gerações” (DAVIS; OLIVEIRA, 1994), é plausível dizer que as crianças estão cem por cento vulneráveis a absorverem, direta ou indiretamente, a cultura do “jeitinho brasileiro”. Conclui-se, com Márcio Sales (2014, p.28), que “pensar de um certo modo implica em viver de uma certa maneira”. Por isso a sociedade, que há gerações introjetou a prática do “querer se dar bem”, imprime forças que levam ao continuísmo desse hábito.

Faz-se, portanto, necessário “desequilibrar” essa estrutura tão consolidada, de solucionar problemas de forma narcísica, através de meios mais fáceis ou ilícitos, para alcançar uma pseudofelicidade. Será que a construção do conceito de ética dentro da escola, de forma mais efetiva – embora transversal –, levaria o aluno a um olhar mais crítico, sensato e afetuoso? Metaforizando a lógica de Piaget, este “desequilibrar” coletivo da estrutura viciada do “querer se dar bem” provocaria novas assimilações e acomodações na sociedade, afetando um “pensar de outra maneira”, como mostra Foucault na citação de Sales (2014, p.28)?

Pensar (...) de que modo é possível ser diferente do que se é. (...) é preciso estar atento às forças que movem o pensamento para outras vias. Entrar em contato com esse tipo de pensamento é embarcar numa experiência de transformação.

Ética no contexto da sociedade e de instituições de ensino

“É ou não ético roubar um remédio, cujo preço é inacessível, para salvar alguém que, sem ele, morreria? Colocado de outra forma: deve-se privilegiar o valor ‘vida’ (salvar alguém da morte) ou o valor ‘propriedade privada’ (não roubar)?” (PCN, 1997b, p.45). Esse é um questionamento feito pelo Parâmetro Curricular Nacional. Jurandir Freire Costa entende que “só podemos julgar moralmente uma conduta quando podemos reconhecê-la como portadora de um sentido ético” (COSTA, 1994, p.19). E onde está esse sentido?

Códigos de condutas são leis, regras e combinados estabelecidos na cultura de um núcleo social, podendo ser mundial, a nível nacional, estadual ou municipal, e ainda de grupos específicos: de médicos, religiosos, famílias, comunidades escolares... Ou seja, “constitui um instrumento, entre outros, de promoção da educação moral” (MARQUES, p.19). Quando “os princípios morais da cultura perdem a força que deveriam ter na direção das ações práticas” (COSTA, 1994, p.38), e nada novo é criado para redefinir seus valores, pode-se considerar a existência de uma crise ética. E é para esse norte que os brasileiros caminham.

A moral ou ética, na “hipótese jurídica”, é vista como um código de regras ideais de conduta. A crise é o conflito com o código (...) O conceito central nesta forma de raciocínio é o de transgressão. (...) Pensamos sempre que não agimos como seria bom agir porque uns transgridem as normas por cinismo e outros por ignorância. Os primeiros (...) sabem o que é bom, mas manipulam as brechas do sistema social para obter privilégios ilícitos e injustos. Os segundos transgridem por inépcia; porque jamais souberam o que significa ser tratado como um sujeito moral. (...) A imoralidade é percebida como excesso ou omissão; desequilíbrio ou inadequação à norma. (...) O remédio é a restauração dos valores perdidos” (FOUCAULT, 1976 *apud* COSTA, 1994, p.38-40).

Piaget, “define moralidade como um conjunto de regras, na qual o sujeito parte de um raciocínio heteronormativo para um pensamento autônomo” (PIAGET, 1965 *apud* RESENDE; PORTO, 2017), ou seja, da obediência ou não de normas orientadas pelos cuidadores, à ação por si, da própria criança que decide, a partir do conhecimento das regras, transgredi-las ou não. Esse conceito foi sendo discutido por vários teóricos, chegando-se a apontar as circunstâncias socioculturais como fator de influência no comportamento do sujeito histórico. A pesquisa sobre Identidade Moral, citada a seguir, contribui com dados interessantes.

Aquino e Reed propõem que a identidade moral seria essa autoconcepção sobre traços morais, na qual os autoesquemas podem ser ativados conforme a influência de fatores situacionais. Os autores sistematizam e testam empiricamente seu modelo, encontrando dois fatores: internalização (grau com que os traços morais são centrais para o autoconceito do indivíduo) e simbolização (grau com que esses traços morais são refletidos em escolhas e ações) (AQUINO; REED, 2002 *apud* RESENDE; PORTO, 2017).

Os pesquisadores utilizaram a escala de IM (Identificação Moral), adaptada para o estudo do comportamento brasileiro: “foram considerados os construtos de atitude imoral, amparo, desengajamento moral e jeitinho brasileiro” (RESENDE; PORTO, 2017). Em linhas gerais, o estudo mostra “evidências de validade” quanto à atitude imoral, de questões desonestas e ilegais. Do desengajamento moral, notou-se a capacidade das pessoas criarem justificativas, como defesa de seus próprios atos antiéticos ou imorais, na tentativa de “manter o seu autoconceito positivo”. E sobre o “jeitinho brasileiro”, por fim, que “se refere a um mecanismo social utilizado pelos cidadãos brasileiros para lidar com as situações difíceis que emergem no cotidiano e para resolução de problemas” (DUARTE, 2006a, 2006b *apud* RESENDE; PORTO, 2017), foi observado que “quanto mais internalizada a identidade moral, menos provável de a pessoa se comportar de forma antiética”. (RESENDE; PORTO, 2017). Por conseguinte, o estudo vem corroborar com o debate desse artigo: se a internalização da identidade moral é, de certa forma, inversamente proporcional ao comportamento do “jeitinho brasileiro”, isso reforça a importância da criança, dentro de uma

instituição de ensino, construir o conceito de ética, introduzido pelo viés da afetividade, do lúdico, da criatividade e de vivências.

Investigando os documentos oficiais, tem-se que o objetivo primevo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996/2017) é o “desenvolvimento integral” (Art.29). As instituições de Educação Infantil devem ser “espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas” (RCNEI, 1998, p.12). No Ensino Fundamental, a criança já tem de compreender os “valores em que se fundamenta a sociedade” (LDB 1996/2017, Art.32, Inciso II) e ter fortalecido os “vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social” (idem, Art.32, Inciso IV). A continuidade é dada no Ensino Médio, que tem como uma de suas finalidades “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e o pensamento crítico” (ibid, Art.35, Inciso III). No entanto, exceto na fase pré-escolar, o currículo, no ensino tradicional público, historicamente tem sido priorizado frente à construção transversal do conceito de ética.

Ressalte-se a diferença entre apenas aconselhar e punir, e o efeito de construir um conceito através de leituras, projetos de solidariedade, combinados e outras estratégias pedagógicas que favorecem a importância da prática do bem e do saber-se sujeito que busca sua autonomia. Ditar regras e castigar são princípios autoritários – não de autoridade – e “que concede[m] pouco espaço para a discussão e o debate das questões éticas” (MARQUES, p.35).

Nota-se que apenas pelo cuidado não se constrói a educação e as dimensões que a envolvem como projeto transformador e libertador. A relação entre cuidar e educar se concebe mediante internalização consciente de eixos norteadores, que remetem à experiência fundamental do valor (...) intrínseco àquilo que deve caracterizar o comportamento de seres humanos, que respeitam a si mesmos, aos outros, à circunstância social e ao ecossistema. Valor este fundamentado na ética e na estética, que rege a convivência do indivíduo no coletivo (DCN, 2013, p.20).

E os PCNs levam à reflexão de que “a escola não muda a sociedade”, mas pode ser um “espaço de transformação” (PCN, 1997^a, p.23). Nesse mesmo documento específico para o Ensino Fundamental, ética não pertence à matriz curricular como disciplina; é tema transversal, o que traduziria uma práxis pulverizada em projetos e interdisciplinaridades.

“Como agir perante os outros?” (...) Na escola, o tema Ética encontra-se, em primeiro lugar, nas próprias relações entre os agentes que constituem essa instituição: alunos, professores, funcionários e pais. Em segundo lugar, (...) encontra-se nas disciplinas do currículo, uma vez que, sabe-se, o conhecimento não é neutro, nem impermeável a valores de todo tipo. Finalmente, encontra-se nos demais Temas Transversais, já que, de uma forma ou de outra, tratam de valores e normas. Em suma, a reflexão

sobre as diversas faces das condutas humanas deve fazer parte dos objetivos maiores da escola comprometida com a formação para a cidadania (idem: p.26).

Mas será que, na prática, o tema ética é realmente transversalizado na rede pública, que segue o perfil tradicional?

Seguindo a discussão sobre o cidadão que a escola quer formar, aprovado em dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina os conteúdos do Ensino Básico, partindo de princípios éticos, estéticos e políticos. Dez competências gerais descrevem e direcionam os conteúdos para a formação de um cidadão modelo, sempre abrangendo a “mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores” para “resolver demandas complexas do cotidiano, exercício pleno da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2018).

Entre as competências da BNCC (2018), tem-se: “a construção de uma sociedade justa, democrática”; “a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar”; e o “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”.

Baseando-se ainda na BNCC (2018), no segundo ano do Ensino Fundamental, a criança começará a “identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco”. No quarto ano, o aluno é levado a “reconhecer a história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço”, dando-se foco ao que diz respeito ao “nomadismo, agricultura, escrita, navegações, indústria, entre outras” ações das pessoas e de grupos da sociedade. No quinto ano, e somente no quinto ano do Ensino Fundamental, é iniciada a discussão sobre cidadania, dentro da competência de “Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social”, quando se propõe “associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade e aos direitos humanos”, bem como “à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica”. Denota-se a ausência da construção do conceito sobre ética de base filosófica, daquilo que possibilitaria maior abertura para reflexões várias.

A criança deve aprender que há sempre diferentes perspectivas sobre o mesmo fato, visto que “a aprendizagem dos conteúdos atitudinais supõe um conhecimento e uma reflexão (...) que implica a análise dos fatores positivos e negativos, uma tomada de posição, um envolvimento afetivo e uma revisão e avaliação da própria atuação” (ZABALA, 2008).

Educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas. (...) A posição dos adultos

frente à vida e às imagens que oferecemos aos mais jovens, a forma de estabelecer as comunicações na aula, o tipo de regras de jogo e de convivência incidem em todas as capacidades das pessoas (idem, p.28).

A prática do “jeitinho brasileiro”, desse modo, é reproduzida ciclicamente porque “as atitudes de outras pessoas significativas intervêm como contraste e modelo para as nossas e nos persuadem ou nos influenciam sem que em muitos casos façamos uma análise reflexiva” (ibid). Em outros termos, se a sociedade age de uma forma, a criança tende a repetir.

Na entrevista concedida ao ISERJ (Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro), um dos idealizadores da Escola da Ponte, professor José Francisco de Almeida Pacheco, adverte: “Escolas não são edifícios. (...) Escola são pessoas” (PACHECO, 2015). E acrescenta que a educação deve atuar dentro e fora das paredes da escola; que os Projetos Políticos Pedagógicos precisam envolver a comunidade, todo o entorno da instituição. E, em seu ponto de vista, a pedagogia tradicional não promove a autonomia, nem a responsabilidade. Antes de permitir que a criança desenvolva uma linha de raciocínio, a escola dá a resposta. E o sistema de imposição de regras não implementa o sentido de corresponsabilidade.

Dos quatro pilares da educação – aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser; e aprender a conviver –, formulados pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da UNESCO, destacam-se, aqui, o aprender a ser e a conviver. Pacheco questiona:

Onde estão os valores, os princípios? Se eu olhar para a Lei de Diretrizes e Bases (...), está lá tudo. (...) Se olhar para os PCNs, do capítulo primeiro ao oitavo, eu vejo cidadania, autonomia, responsabilidade. Como é que se desenvolve responsabilidade numa escola sujeita a uma hierarquia tremenda? As escolas não funcionam segundo a lógica da pedagogia; as escolas brasileiras funcionam segundo a lógica administrativa e burocrática, como se gera uma padaria ou uma delegacia de polícia. Enquanto for assim, enquanto a pedagogia não tiver primado⁵, onde é que está o aprender a ser? (PACHECO, 2014).

E José Pacheco segue admitindo, na palestra conferida ao TED Talks e Unisinos, em 2012, que é difícil “aprender a conviver” quando alunos matam professores. Importante atentar que “o objetivo da escola é fazer dos seres humanos, que nos são confiados, pessoas mais sábias e felizes.” (PACHECO, 2012). Nenhum modelo é perfeito, mas ele alerta que “o Brasil precisa perceber que tem cá dentro tudo aquilo de que precisa” (PACHECO, 2014).

⁵ “Condição de superioridade sobre outros” – termo de origem italiana. Disponível em <https://educalingo.com/pt/dic-it/primato> Acesso: 10.05.2019

Escolas e a dimensão ética em seu cotidiano

A pesquisa, documental e de campo, seleciona exemplos que privilegiam a pedagogia dos valores, embora possa haver lacunas e contradições na dimensão ética, posto que todos os processos de construção humana são advindos de erros e acertos. O modelo da Escola da Ponte, de Portugal, influencia algumas instituições de ensino no Brasil. Outras experiências são pautadas na Escola Nova, na Teoria de Maria Montessori e em ações ‘transgressoras’ — frente ao sistema tradicional de ensino — de professores e gestores de escolas da rede pública. Uma das tônicas é o favorecimento da autonomia do aluno. O portal “Escolas transformadoras”⁶ é uma das fontes que lista outras instituições de ensino, Brasil afora, não analisadas no recorte. Contribuindo para a reflexão, é apresentado o meu relato de estágio no curso de Pedagogia.

Escola da Ponte

A Escola Básica da Ponte (Escola da Ponte) é uma escola pública [de Portugal] que, desde 1976, tem vindo a procurar um sentido próprio na qualidade de educação que promove. (...) O Projeto Fazer a Ponte defende, desde sempre, a promoção da autonomia e da consciência cívica dos alunos, privilegiando o seu progressivo envolvimento nas tarefas e na responsabilidade de gestão da escola (EP-DOC1).

Trata-se de gestão horizontal e consensual, na qual o aluno participa das decisões. Seguindo o currículo nacional, o aluno recebe seu roteiro e escolhe o assunto do dia. “O estudo é feito em grupos heterogêneos e dinâmicos, mas ocorrem, também, individualmente e em duplas, cujo critério para formação é o interesse em comum. As crianças podem (...) solicitar a ajuda de um professor” (EP-DOC2). O aluno pesquisa, transforma o conteúdo em conhecimento e o conhecimento torna-se projeto, ação. Cada um progride em seu tempo, conforme sua capacidade intelectual, sua responsabilidade e autonomia. E deve compartilhar o que sabe a quem precisa. As orientações de valores – do respeito, da solidariedade, da ética – norteiam, de forma efetiva, toda a pedagogia.

Escola Projeto Âncora

O Projeto Âncora, criado em Cotia-SP, é uma “Associação Civil beneficente, filantrópica, educativa e cultural, de fins não econômicos e não lucrativos, fundada em 23 de setembro de 1995” (PA-DOC1). Inicialmente, o desafio era dar suporte a crianças e jovens de baixa renda, que viviam

⁶ <https://escolastransformadoras.com.br/escola/emef-desembargador-amorim-lima/> Acesso: 26.06.2019

na região periférica, em três favelas das mais violentas, oferecendo apoio escolar, oficinas e cursos profissionalizantes.

No ano de 2012, o Projeto Âncora inaugurou uma escola de ensino fundamental (...), inspirada na Escola da Ponte de Portugal (...) Em 2017, a Instituição passou a oferecer também ensino médio e foi mapeada pelo MEC como uma das 178 instituições legais, inovadoras e criativas do Brasil (idem).

Particular, gratuita e construtivista. Uma escola voltada para a aprendizagem autônoma, formação integral e democrática, com ênfase na “prática dos cinco valores: respeito; solidariedade; responsabilidade; afetividade; honestidade” (ibid). Sem turmas e séries. Ciclos agregam educandos pelo grau de autonomia e ética, não pela idade, nem somente pelo conhecimento. Cada aluno tem seu ritmo. Planeja seus estudos. Avalia-se junto com os pedagogos e a gestão da escola. Avança quando consolida os conhecimentos curriculares e pratica os cinco valores. Valoriza-se o “aprender a aprender”.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima

A partir de 1996, a EMEF Desembargador Amorim Lima, localizada na Vila Gomes, na capital de São Paulo, iniciou seu processo de transformação. Em 2002, problemas de “indisciplina e alto índice de falta de alguns alunos” (EMEFDAL-DOC1), mais tempos vagos por ausência de professores, levou à releitura do Projeto Político Pedagógico (PPP). Havia “grande dissonância entre o texto e a prática cotidiana” (idem). Encontrou-se, porém, pontos semelhantes entre o PPP da Amorim Lima e a *práxis* da Escola da Ponte. Em setembro de 2003, a Secretaria Municipal de Educação apoiou a inovação. Paredes foram literalmente derrubadas. Seguindo o modelo de Portugal, foi criado um ambiente de respeito e solidariedade, resultando também na construção da autonomia moral.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Campos Sales

Situada no bairro de Heliópolis, na capital paulista, a EMEF Campos Sales – pública e até então tradicional –, diante das insatisfações dos alunos que queriam ser ouvidos, do esgotamento dos professores, do tráfico de drogas que se instalava em suas proximidades e de todos os demais problemas do cotidiano escolar, resolveu reformular sua estrutura. “Em 2007 (...) com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, o espaço da praça [onde havia livre negociação de entorpecentes] e arredor foi revitalizado” (EMEFCS-DOC1). Conhecendo a Escola da Ponte, um dos professores

sugeriu o novo conceito pedagógico. O projeto foi aprovado, pautado nos “três princípios – autonomia, responsabilidade e solidariedade” (idem). Os docentes foram capacitados, passando a mediar a “investigação contextualizada do estudante” (ibid). Do resultado, “é visível a mudança (...) A cultura colaborativa é cada vez mais forte na escola, embora ainda em processo” (ibid).

Colégio Estadual Chico Anysio

Localizado no bairro Andaraí, no Rio de Janeiro, desde 2013, o CECA é referência por aplicar uma pedagogia inovadora, com tônica na formação integral, privilegiando a autonomia do aluno. Essa proposta, para o Ensino Médio, partiu do Instituto Ayrton Senna – iniciativa privada –, com apoio da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e de algumas empresas. O colégio segue o modelo de gestão horizontal, com professores mediadores do conhecimento. O processo de aprendizagem é dado através de estudo orientado, projeto de vida, autogestão, e projeto de intervenção e pesquisa. Além da criatividade, responsabilidade e autonomia, há ênfase para o espírito colaborativo, o compartilhamento de conhecimento, o saber ouvir e respeitar o outro; tudo aquilo que envolve um convívio ético (CECA-DOC1).

Escola Oga Mitá

Oga Mitá significa casa da criança, na língua Guarani. A escola é particular, construtivista e possui duas unidades localizadas no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Tem gestão democrática e participativa. Da Educação Infantil ao Ensino Médio, inspirada no movimento da Escola Nova, sua prática pedagógica reúne “experiências de Célestin Freinet, Paulo Freire, Jean Piaget, Lev Vygotsky, Madalena Freire, Constance Kamii (...), entre outros” (EOM-DOC1). As crianças e jovens são protagonistas no processo de ensino-aprendizagem; ou seja, “sujeitos-autores, cidadãos pertencentes e atuantes no mundo” (idem), com suas vivências, conhecimentos e sentimentos. Assim, são valorizados: a afetividade; a cooperação; a cidadania; o respeito; a justiça; transparência; autonomia; organização; e a democracia.

Aldeia Montessori

Localizada no Méier, bairro da zona norte do município do Rio de Janeiro, Aldeia é inspirada nos ensinamentos de Maria Montessori, que torna a criança o centro do processo, compreendendo que “educar é tarefa que vai além dos limites da sala de aula e da formalização de conteúdos” (AM-DOC1). O ambiente e os materiais devem ser apropriados para o desenvolvimento de sua autonomia.

A finalidade é que ela construa o conceito proposto, no seu ritmo. Das lições combinadas da semana, as crianças podem “realizá-las na ordem que quiserem e pelo tempo que quiserem” (idem). O método visa desenvolver a empatia, o poder de resiliência, o compartilhamento, o respeito ao que é coletivo, a “capacidade de solucionar conflitos, competências para expor suas ideias e sustentá-las” (ibid), conclui Márcia Righetti, fundadora da instituição.

Escola Municipal Saens Pena

A EM Saens Pena, localizada na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro, atende a crianças das várias comunidades do entorno. Mantém a tradição de formar os alunos e de cantar o Hino Nacional semanalmente. Em contrapartida, ações pedagógicas de alguns professores levam o aluno a práticas menos ortodoxas. As avaliações internas nem sempre são atreladas a provas e sim a trabalhos de pesquisa e à participação em outras atividades, embora os alunos sejam preparados para a prova da rede municipal. A tônica é a solidariedade do conhecimento. Todos ajudam uns aos outros, dentro ou fora de sua turma; turmas que não se fecham em suas salas. O aprendizado de algo novo é sempre divulgado, com entusiasmo. Os grupos ou equipes não são estanques: novos encontros, novas possibilidades. “Tudo isso corrobora na construção da cidadania; numa escola organizada, limpa, com murais bem feitos, e um ambiente de convívio sadio”, explica a professora Maria Rodrigues⁷, fonte das informações colhidas para a presente pesquisa.

Colégio de Aplicação (CAp) do ISERJ

Nas experiências de estágio, relatadas em estudo anterior (DRUMMOND, 2017), observou-se que na Educação Infantil a pedagogia dos valores era aplicada, de forma ludo-afetiva. A vivência no 4º Ano do Ensino Fundamental trouxe outro olhar. No primeiro dia, uma professora substituta tinha a incumbência de aplicar prova não impressa. Demorou quase uma hora a dar início por não haver papel almaço no armário. A estagiária (autora desse artigo) sugeriu o uso da folha de caderno. Antes de copiar a prova no quadro, a docente substituta recomendou que os dois estagiários dessem apoio a determinados alunos, nomeando-os em voz alta, nivelando-os pelo fracasso. Muitos foram os pedidos de ‘socorro’ da turma durante a prova. A única ajuda possível fora estimular o raciocínio com exemplos paralelos. O atraso levou as crianças a pegarem seus lanches, sem usufruírem do

⁷ Professora do Município do Rio de Janeiro. Graduada em Economia e Pedagogia; Pós-graduada em Orientação Educacional e Supervisão Educacional. Nome fictício, conforme descrito na Introdução do Artigo.

recreio, e a deixarem de ir ao Laboratório de Ciência. Ao final da prova, ociosa, a turma dispersou em conversas paralelas, não de forma indisciplinar. Uma criança foi encaminhada para a coordenação. Na intenção de “ocupar” os alunos, aquela professora pegou uma folha de exercícios no armário. O conteúdo não planejado, porém, ainda era desconhecido pela turma. Então, a estagiária ofereceu-se para explicar duas questões da prova, as de maior dúvida. Na semana seguinte, a professora titular refez a prova toda no quadro. Esta fora desafiada por um aluno que se valia de ter um parente poderoso. Ela reagiu, energicamente, dando clareza de que nenhum responsável mudaria os papéis hierárquicos na escola. Em sua regência, a estagiária propôs arrastar as carteiras para formar grupos de trabalho. As crianças estranharam. O barulho do arrastar foi bendito. Desfez-se fileiras ‘engessadas’, em seus devidos lugares. A dinâmica criada fez com que os alunos se sentissem autores, pertencentes à construção do conhecimento sobre a importância dos alimentos saudáveis. Isso produziu o desejo de quererem participar das atividades. Enfim, toda a prática vivida nesse período gerou uma pergunta: onde a ética atravessou o ‘modelo’ relatado?

Exceto a interrogativa gerada no estágio, passível de um novo projeto de pesquisa, o perfil das instituições pesquisadas, cada qual com sua especificidade, tem um denominador comum: o enfoque à formação moral e ética do aluno. São ações que estimulam a autonomia; a prática do bem; a contextualização e conscientização de regras e limites; e respeito a tudo e a todos. Motivações que vão além dos currículos e que podem inspirar outras instituições. Necessário que isso ‘atravesse’ os projetos pedagógicos e que o corpo docente seja preparado. Os ‘efeitos’ são respostas das ‘ações’. As crianças, em graus diversos de dificuldade, estão sempre prontas para aprender. É preciso abrir o diálogo para novos pensares.

Considerações finais

Apesar da formação de cidadania ser prioridade na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 – documento magno da educação – e nas orientações curriculares dela geradas, ética é tema transversal. Temas transversais “não constituem novas áreas, pressupondo um tratamento integrado nas diferentes áreas” (PCN, 1997 a, p.30). Mas, com foco no cumprimento da matriz curricular, número grande de alunos em sala de aula e tempo restrito para tudo, será que as instituições de ensino tradicional dão conta de “atravessar” esse tema? Existe, assim, clara lacuna entre o que é pretendido nos documentos e o realizado na maioria das escolas da rede pública, com raras prerrogativas. Nesses termos, abre-se uma porta para reflexões.

Baseando-se no debate com a literatura, grande maioria das crianças de ontem passou por esse aprendizado supostamente transversalizado e tornou-se adulto reproduzidor da prática de “querer se dar bem”, sem poder reflexivo. A formação da criança está intrinsecamente ligada à absorção da cultura do meio que vive. Ela, no entanto, é capaz de construir conceitos quando é orientada a isso. Os encontros que a vida proporciona a todo instante tendem a afetar e a causar mudanças. Existem mecanismos que necessitam ser desequilibrados para despontar, no ser, novos horizontes e significados. O clichê: toda a criança de hoje será o adulto de amanhã, desafia a escola a contextualizar, de forma efetiva, o sentido ético, o respeito interpessoal e às normas da sociedade.

Há um dever educacional que clama pelo transformar princípios em ações coerentes, imprimindo paulatinamente outra perspectiva para a formação do sujeito brasileiro. Algumas instituições de ensino particulares e públicas, como narrado, dão ênfase à pedagogia dos valores. Conscientizam suas crianças, no cotidiano, de seu papel dentro dos núcleos que participa, do respeito que deve ter pelo que é coletivo, pelos acordos estabelecidos. Isso faz com que ela se construa. Isso a torna um ser com condutas desejáveis. A educação deve ser integral, formadora de cidadãos com poder crítico, intertextualizado e contextualizado. As experiências inovadoras provam que a prática é exequível. Se a escola planta o bem nas crianças, os bons frutos serão colhidos no futuro, na sociedade. Embora “O resultado desse processo não [seja] controlável nem pela escola, nem por nenhuma outra instituição: será forjado no processo histórico-social” (PCN, 1997 a, p.24). Sendo assim, na sociedade do “jeitinho brasileiro” – no sentido do “querer se dar bem” –, não é simples utopia a mudança de paradigma, num futuro mesmo que longínquo. É possibilidade.

Referências

Fontes primárias

ALDEIA MONTESSORI. <https://www.aldeiamontessori.com.br/>. Acesso em 1jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: CONSED/UNDIME/MEC, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 13 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: Brasília: MEC, SEB, DICEI. 562p., 2013. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso em 22 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Biênio 2017-2018. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em 19 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais e Ética. 1ª a 4ª Séries. Vol. 08.1.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC. 146p., 1997a. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em 18 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais e Ética. 1ª a 4ª Séries. Vol. 08.2.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC. 146p., 1997b. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro082.pdf>. Acesso em 18 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Vol.2 — Brasília: MEC/SEF, 85p. 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf> Acesso em 04 abr. 2019.

CECA-DOC1: <https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/Atuacao/proposta-de-educacao-integral-para-o-ensino-medio-no-rio-de-jane.html>. Acesso em 15 jun. 2019.

DRUMMOND, Teresa CQ, Relatórios de estágio. Curso de Pedagogia, ISERJ/FAETEC, 2017.

EMEFDAL-DOC1: <https://amorimlima.org.br/>. Acesso em 26 jun. 2019.

EMEFCS-DOC1: Centro de Referências em Educação Integral <https://educacaointegral.org.br/experiencias/escola-transforma-curriculo-e-valoriza-a-autonomia-do-estudante/>. Acesso 21 jun. 2019.

EP-DOC1: <http://www.escoladaponte.pt/novo/projetos/>. Acesso em 26 jun. 2019.

EP-DOC2: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-ponte.htm>. Acesso em 27 jun. 2019.

ESCOLA OGA MITÁ. <http://ogamita.com.br/joomla/>. Acesso em 27 jun. 2019.

PACHECO, José. Educador José Pacheco no Iserj. Palestra proferida no auditório 133 do ISERJ. Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Publicado por: **LabMM ISERJ**. Rio de Janeiro: 4 de dezembro de 2015. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ld_G0w3szng. Acesso em 26 abr. 2019.

_____. Experiências inovadoras na educação: José Pacheco at TEDxUnisinos. Palestra. Publicado por: **TEDx Talks**: 09 de janeiro de 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=reOEnY8jkjo>. Acesso em 11 mai. 2019.

_____. Unesco e os 4 pilares para o Brasil. Palestra conferida no campus da Unisinos. Publicado por: **Daniel R. Affonso Lara**. Rio Grande do Sul: 27 de maio de 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nHutPHwJPEQ>. Acesso em 26 abr. 2019.

PA-DOC1: <https://www.projetoancora.org.br>. Acesso em 26 mai. 2019.

PA-DOC2: Projeto Âncora (Brasil) – Destino: Educação – Escolas inovadoras. Canal Futura. Assistido: 28/08/2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kE6MlnwML8Y&t=222s>. Acesso em 03 ago. 2017.

Livros e artigos

- AQUINO, K.; REED, A. I. (2002). The self-importance of moral identity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83(6), 1423-1440. doi: 10.1037//0022-3514.83.6.1423 *apud* RESENDE, Marília Mesquita; PORTO, Juliana Barreiros. **Escala de Identidade Moral: evidências de validade para o contexto brasileiro**. Itatiba: Psico-USF, vol.22, no.1, Jan./Apr. 2017 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000100075&lang=pt. Acesso em 18 mar. 2018.
- BORSA, Juliane Callegaroa. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. Artigo. O Portal dos Psicólogos, *Psicologia.com.pt*, 2007. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf> . Acesso em 02 out. 2016.
- COSTA, Jurandir Freire. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. **Psicologia na Educação**. Unidade II – A criança enquanto ser em transformação. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
- DEMO, P; *et al.* Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2001 *apud* BORSA, Juliane Callegaroa. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. Artigo. O Portal dos Psicólogos, *Psicologia.com.pt.*, 2007. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf> . Acesso em 02 out. 2016.
- DUARTE, F. A Double-Edged Sword: The 'Jeitinho' as an ambiguous concept in the brazilian imaginary. *International Journal of the Interdisciplinary Social Sciences*, 1(1), 2006a. Disponível em <http://iji.cgpublisher.com/product/pub.88/prod.24> *apud* RESENDE, Marília Mesquita; PORTO, Juliana Barreiros. **Escala de Identidade Moral: evidências de validade para o contexto brasileiro**. Itatiba: Psico-USF, vol.22, no.1. Jan./Apr., 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000100075&lang=pt . Acesso em 18 mar. 2018.
- DUARTE, F. Exploring the interpersonal transaction of the brazilian jeitinho in bureaucratic contexts. *Organization*, 13(4), 509-527, 2006b, *apud* RESENDE, Marília Mesquita; PORTO, Juliana Barreiros. **Escala de Identidade Moral: evidências de validade para o contexto brasileiro**. Itatiba: Psico-USF, vol.22, no.1. jan./apr., 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000100075&lang=pt. Acesso em 18 mar. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986 *apud* SALES, Márcio. *Caosmofagia: a arte dos encontros*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária: Faperj, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000 Disponível em http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17339. Acesso em 18 mar. 2018.
- KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita**. Rio de Janeiro: Edição Papéis e Cópias da Escola de Professores, 1995.

- MARQUES, Ramiro. **Dicionário Breve de Pedagogia**. 2ª ed. Disponível em http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pedagogia/dicionario%20pedagogia.pdf. Acesso: 15 out. 2017.
- NODARI, Paulo Cesar. A ética aristotélica. Belo Horizonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, **Síntese Nova Fase**, v.24 n. 78, 383-410, 1997. Disponível em <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/722/1149>. Acesso em 19 out. 2017.
- PIAGET, Jean. The moral judgment of the child. (M. Gabain, Trans.). New York: Free Press (Trabalho original publicado em 1932), 1965, *apud* RESENDE, Marília Mesquita; PORTO, Juliana Barreiros. **Escala de Identidade Moral: evidências de validade para o contexto brasileiro**. Itatiba: Psico-USF, vol.22, no.1, Jan./Apr., 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000100075&lang=pt. Acesso em 18 mar. 2018.
- PIAGET, Jean. O juízo moral na criança. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1994, *apud* BORSA, Juliane Callegaroa. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. Artigo. O Portal dos Psicólogos, [Psicologia.com.pt.](http://www.psicologia.com.pt), 2007. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.
- PRADO, Alyssa Magalhães. O jeitinho brasileiro: uma revisão bibliográfica. Artigo. Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. **Revista Horizonte Científico** Vol.10 No.1. Uberlândia/MG: Ago, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/33308/18652>. Acesso em 05 out. 2016.
- RESENDE, Marília Mesquita e PORTO, Juliana Barreiros. **Escala de Identidade Moral: evidências de validade para o contexto brasileiro**. Itatiba: Psico-USF, vol.22, no.1, jan./apr., 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000100075&lang=pt. Acesso em 18 mar. /2018.
- SALES, Márcio. **Caosmofagia: a arte dos encontros**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária: Faperj, 2014.
- WEIL, P.; *et al.* Normose, a patologia da normalidade. Campinas: Verus, 2003 *apud* CREMA, Roberto. Cuidar da Paz. In: MAGALHÃES Dulce (Org.), **A Paz como Caminho**, Festival Mundial da Paz. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. Disponível em <http://robertocrema.com.br/cuidar-da-paz/>. Acesso em 19 out. 2017.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998, 2008.

Resumo: A prática do “jeitinho”, incorporada na cultura brasileira, atravessa gerações. Se o sujeito-histórico tem sua formação na vida social, é plausível dizer que as crianças aprendem e reproduzem o exemplo dos adultos. Portanto, é mister discutir sobre ética na educação e o papel da escola de formar cidadãos. Nesse sentido, o presente estudo reflete sobre a coerência entre o que é proposto sobre ética – tratado como tema transversal nas diretrizes nacionais – e o concretizado em instituições de ensino; o quanto as crianças são capazes de construir conceitos; e investiga as perspectivas que se apresentam em instituições de pedagogia inovadora ou tradicional que dão ênfase às orientações de valores. Vislumbra-se, assim, a possibilidade de sujeitos conscientes, autônomos e reflexivos

poderem interferir, no futuro – mesmo que longínquo – na mudança de paradigma na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Sociedade. Educação. Jeitinho brasileiro. Ética. Valores. Cidadania.

Resumen: La práctica del “jeitinho brasileiro” (arreglo brasileño), incorporado en la cultura brasileña, atraviesa generaciones. Si el sujeto histórico tiene su formación en la vida social, es plausible decir que los niños aprenden y reproducen el ejemplo de los adultos. Por lo tanto, es necesario discutir la ética en la educación y el papel de la escuela en la educación de los ciudadanos. En este sentido, el presente texto reflexiona sobre la coherencia entre lo que se propone en materia de ética – tratada como un tema transversal en las directrices nacionales – y lo que se pone en práctica en las instituciones educativas; el nivel de capacidad de construcción de conceptos de los niños; y se investiga las perspectivas presentadas en instituciones pedagógicas innovadoras o tradicionales que hacen hincapié en las pautas de valores. Así, se puede ver la posibilidad de que sujetos concientes, autónomos y reflexivos interfieran en un futuro – aunque sea lejano – en el cambio de paradigma de la sociedad brasileña.

Palabras clave: Sociedad. Educación. Arreglo brasileño. Ética. Valores. Ciudadanía.

Recebido em: 9/12/2020.

Aceito em: 15/06/2021.